

DICOTOMIA DE UMA CIDADE PORTUÁRIA: GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA VERSUS PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS

Juliane Rodrigues Xavier¹

Cleverson Molinari Mello²

Milena Aparecida Rodrigues da Silva³

Resumo: O estudo colabora com o projeto "A Efetividade de Unidades de Conservação na Preservação dos Manguezais Paranaenses" para fornecer novas perspectivas sobre a conservação desses ecossistemas. Embora áreas de manguezais e restingas sejam protegidas pela lei como áreas de proteção permanente (APP), o rápido crescimento populacional em Paranaguá tem levado à construção desordenada nessas áreas, configurando crime ambiental. Isso gera impactos negativos no meio ambiente e na qualidade de vida das comunidades, destacando a necessidade de políticas públicas eficazes. O estudo visa compreender como a presença ou ausência dessas políticas afeta a degradação ambiental, analisando a relação entre desenvolvimento econômico, desigualdade social e ocupações irregulares em áreas de preservação ambiental. A pesquisa busca identificar os principais impactos das construções irregulares, como danos aos habitats naturais e riscos à saúde pública, e propor soluções para promover o desenvolvimento sustentável da região. A metodologia inclui pesquisa exploratória, estudo bibliográfico, questionários e análise qualitativa dos dados coletados, visando fornecer subsídios para a formulação de políticas públicas mais efetivas e a conscientização sobre a importância da preservação dos manguezais.

Palavras-chave: manguezais, políticas públicas, conservação ambiental, impactos socioambientais, desenvolvimento sustentável.

Área Temática: Educação Ambiental.

INTRODUÇÃO

¹ Mestranda em Ciências Ambientais pela Unespar, Paranaguá, Paraná, PR. juliane.xavier@estudante.unespar.edu.br. <https://lattes.cnpq.br/7143334816744784>.

² Doutor em Educação pela universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, Paraná, PR. cleverson.mello@unespar.edu.br. <http://lattes.cnpq.br/5313818584196257>. <https://orcid.org/0000-0002-9278-1785>.

³ Mestranda em Ciências Ambientais pela Unespar, Paranaguá, Paraná, PR. mihlenasilva15@gmail.com. <http://lattes.cnpq.br/8540764577391501>.

O presente estudo está sendo desenvolvido em sinergia com o projeto “A Efetividade de Unidades de Conservação na Preservação dos Manguezais Paranaenses” e tem por objetivo fornecer novas perspectivas a respeito da conservação desses ambientes e áreas de manguezais.

Áreas de manguezais e restingas são tidas como áreas de proteção permanente (APP) pela lei nº 12.727/2012, ficando proibida a comercialização de terrenos inclusive proibindo qualquer outro tipo de atividade seja para fins lucrativos ou de uso particular nessas áreas, garantindo total proteção e reconhecendo o mangue e a restinga como partes integrantes do bioma da Mata Atlântica, (BRASIL, 2012). Porém, devido ao rápido aumento populacional da cidade de Paranaguá que atingiu a marca de 145.829 mil habitantes em 2022 (IBGE, 2022), vemos um grande aumento na quantidade de residências construídas nessas áreas, sendo a maioria construída de forma precária, indicando certa “pressa” ou urgência em se abrigar.

Logo percebe-se que muitas famílias optaram por viver nessas condições irregulares visto a facilidade em adquirir estes terrenos sem documentação por valores muito menores em comparação a terrenos devidamente documentados. Por outro lado, também se nota um outro grupo que também usa estes locais para construir suas residências, e se aproveitam da mesma facilidade para se obter terrenos, porém para construção de casas de veraneio, inclusive de alto valor agregado.

Em ambas as situações, a habitação nessas áreas protegidas configura crime ambiental, gerando degradação ao meio ambiente através do corte de árvores e vegetações nativas, poluição sonora, poluição química, poluição das águas e descarte incorreto de dejetos e lixo doméstico que conseqüentemente contribuem para a contaminação da água, para a perda da biodiversidade de plantas e animais, e para o crescimento populacional descontrolado de animais que transmitem diversas doenças colocando em risco a saúde e a integridade humana.

OBJETIVO

Compreender de que forma a presença ou ausência de políticas públicas voltadas a geração de emprego e renda e habitação popular podem impactar na degradação do meio ambiente, como é o caso das invasões em áreas de preservação ambiental (mangues).

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do presente estudo, será adotada uma abordagem metodológica baseada em pesquisa exploratória descritiva. Segundo Gil (2017), a pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema em questão, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Nesse sentido, será realizado um estudo bibliográfico aprofundado em áreas como ecologia, saúde pública, urbanismo, entre outras temáticas relacionadas. A pesquisa exploratória permitirá uma compreensão mais ampla do fenômeno das ocupações irregulares em áreas de mangue em Paranaguá.

Além disso, para coletar dados sobre as famílias afetadas pelas ocupações irregulares e sobre as ações das entidades públicas, será utilizado o método de questionários. Conforme Lakatos e Marconi (2017), o questionário é uma técnica de coleta de dados que consiste em apresentar questões a um ou mais informantes, com vistas a obter informações sobre o tema em estudo. Os questionários serão compostos por perguntas abertas e fechadas, visando traçar o perfil das famílias afetadas e identificar as ações das entidades públicas relacionadas ao problema das ocupações irregulares em áreas de mangue.

Por fim, para análise dos dados coletados, será adotada uma abordagem qualitativa. Segundo Minayo (2014), a pesquisa qualitativa tem como objetivo compreender os significados e os contextos sociais de determinados fenômenos. Nesse sentido, os dados coletados por meio dos questionários serão analisados qualitativamente, buscando identificar padrões, relações e significados subjacentes às ocupações irregulares em áreas de mangue em Paranaguá.

DISCUSSÃO

Diante da dicotomia entre a geração de emprego e renda e os problemas socioambientais associados às ocupações de áreas de mangue em Paranaguá, torna-se evidente a complexidade desse cenário. As ocupações irregulares representam um desafio para o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental, gerando impactos negativos na biodiversidade local, na qualidade de vida das comunidades afetadas e na sustentabilidade dos ecossistemas costeiros.

A partir de análise preliminares percebe-se a necessidade urgente de políticas públicas mais eficazes que possam conciliar o crescimento econômico com a proteção do meio ambiente, promovendo o desenvolvimento sustentável da região. Essas políticas devem contemplar ações que garantam a regularização fundiária, o controle do uso do solo e a promoção de alternativas econômicas sustentáveis para as comunidades locais.

Além disso, é fundamental o engajamento da sociedade civil, das instituições governamentais e das organizações não governamentais em iniciativas que visem à conscientização ambiental, à fiscalização das áreas protegidas e à promoção de práticas de conservação e recuperação dos manguezais. Somente por meio de uma abordagem integrada e colaborativa será possível enfrentar os desafios impostos pela dicotomia entre geração de emprego e renda e problemas socioambientais, garantindo um futuro mais sustentável para Paranaguá e suas áreas de mangue.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo não tem por objetivo esgotar o assunto, mas poderá colaborar com o projeto "A Efetividade de Unidades de Conservação na Preservação dos Manguezais Paranaenses" ao fornecer novas perspectivas sobre a conservação desses ecossistemas, principalmente no tocante as ocupações irregulares em áreas de preservação ambiental.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 12.727, de 17 de outubro de 2012.** Site: www.planalto.gov.br.
Publicado em: 17/10/2012. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/L12727.htm#art1.
Acesso em: 30/03/2024.

G1, Globo. **Casas de veraneio construídas em área de manguezal protegida são demolidas durante operação em Paranaguá.** Site: www.g1.globo.com.
Publicado em: 19/12/2023. Disponível em:
<https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2023/12/19/casas-de-veraneio-construidas-em-area-de-manguezal-protetida-sao-demolidas-durante-operacao-em-paranagua.ghtml>. Acesso em: 20/12/2023.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 6ª edição. São Paulo: Editora Atlas LTDA, 2017.

GOVERNO FEDERAL. **Invasores que ocupavam área no manguezal de Paranaguá (PR) foram autuados pelo Ibama.** Site: www.gov.br. Publicado em: 22/12/2023. Disponível em: <https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/noticias/2023/invasores-que-ocupavam-area-no-manguezal-de-paranagua-pr-foram-autuados-pelo-ibama>. Acesso em: 22/12/2023.

IBGE. **Censo Demográfico de Paranaguá/ PR 2022.** Site: www.cidades.ibge.gov.br. Publicado: 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/paranagua/panorama>. Acesso em: 30/03/2024.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica.** 8ª edição. São Paulo: Editora Atlas LTDA, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento.** Pesquisa Qualitativa em Saúde. 14ª edição. São Paulo: Hucitec Editora, 2014.

UNESPAR. **Curso de Biologia da Unespar campus Paranaguá conquista financiamento de projetos sobre saúde dos manguezais.** Site: www.unespar.edu.com. Publicado em: 12/02/2015. Disponível em: <https://unespar.edu.br/noticias/curso-de-biologia-da-unespar-campus-paranagua-conquista-financiamento-de-projeto-sobre-saude-dos-manguezais>. Acesso em: 20/12/2023.